



## FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL E A CRISE

### CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL: Problematizações sobre a categoria trabalho

CARRIJO, Lana<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é promover o debate sobre um dos fundamentos teóricos que norteiam o projeto de formação profissional do serviço social. Pretende-se problematizar a concepção ontológica do trabalho, uma vez que a profissão se propõe a responder às demandas que lhe são colocadas pelo cotidiano, como também a fomentar estratégias que ampliem a possibilidade de transformação da sociedade em direção à equidade e justiça social. A crise contemporânea do capital não indica apenas um cenário de retrocesso social, mas o resultado do processo de desenvolvimento capitalista baseado no trabalho. A realidade que se coloca para os assistentes sociais possui determinadas características diferentes em relação ao período de renovação do serviço social brasileiro. A questão social é produzida pela expulsão crescente da força de trabalho, paralela à expectativa cada vez menor de ser reabsorvida pelo mercado mediante o nível de produtividade alcançado pelo capitalismo em seu estágio desenvolvido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; serviço social; crise do capital.

### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende incentivar o debate sobre alguns pontos da base teórica que sustenta a formação profissional do serviço social. Queremos problematizar determinada premissa da tradição marxista, sem com isso fugir ou negar a validade da teoria social de Marx para explicar os fundamentos da sociedade capitalista e as contradições da produção de mercadorias. Para tanto, nos dedicamos nesse breve texto a apontar algumas controvérsias em relação à concepção ontológica do trabalho, na qual historicamente está apoiada a ruptura do serviço social com o seu passado conservador. Para isso resgatamos o pensamento de Lukács sobre o trabalho, um dos grandes referenciais da profissão, para contrapor à argumentação de Kurz, para quem o trabalho é a substância do capital, portanto específico dessa sociedade.

Em sequência, ressaltamos que essa problematização é pertinente à prática do serviço social, principalmente na conjuntura atual de crise, em que a questão social se agrava ao mesmo tempo que o terreno das políticas públicas e a intervenção do Estado se retraem. Procuramos apontar que a ofensiva neoliberal está relacionada ao estreitamento da base produtiva do capital, que elimina mais trabalho do que a quantidade que consegue reabsorver. Essa contradição interna imposta pela concorrência após se desenvolver ao

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lara.carrijo@gmail.com.



extremo, inicia desde finais do século XX o seu processo de decadência, no qual as possibilidades de pleno emprego e ampliação dos direitos sociais ficam cada vez mais reduzidas.

Nesse sentido, assinalamos que o cenário da crise contemporânea possui especificidades que precisam ser apreendidas pelos assistentes sociais, porque impactam a compreensão sobre as expressões da questão social e o papel do neoconservadorismo. O funcionamento do capitalismo através da injeção de capital fictício, provoca mudanças estruturais no seu processo de valorização. O agravamento da desigualdade social e da precarização do trabalho está diretamente relacionado com esse processo de adiamento do limite da acumulação capitalista. O conservadorismo por sua vez retorna como mecanismo ideológico de contenção dos movimentos sociais em meio à crise, visto que as promessas do desenvolvimento econômico e da modernização não se cumpriram para a maior parte dos trabalhadores.

### **FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Controvérsias sobre a ontologia do trabalho**

O processo de construção e transformações ocorridas no projeto de formação do serviço social acompanha e se relaciona de modo dinâmico com os particulares e distintos contextos históricos, sendo assim, uma tentativa de repensar as bases teóricas da profissão precisa estar atrelada a uma análise historicamente determinada da realidade, caso contrário corre o risco de se descolar das expressões concretas da questão social e com isso reduzir cada vez mais as possibilidades de uma prática interventiva pertinente. Como afirma GUERRA (1997), a natureza da profissão está organicamente relacionada com a realidade social produzida pela sociedade capitalista e a necessidade de administrar as suas contradições,

ela conforma para a profissão os espaços, as funções e os procedimentos – de caráter eminentemente operativos, manipulatório e de solução de problemas emergenciais – necessários tanto ao “tratamento” dos problemas quanto à administração dos conflitos resultantes de tais antagonismos. (GUERRA, 1997, p.10)

Um dos pilares que sustentam as contradições internas da lógica do capital e suscitam cotidianamente a intervenção dos assistentes sociais na busca pela viabilização de direitos -além de provocar vastas mobilizações no âmbito dos movimentos sociais da sociedade civil - é a categoria trabalho. O serviço social compreende o trabalho como pressuposto ontológico para a análise da sociedade e para direcionar a sua prática profissional em defesa daqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho para ter acesso a riqueza social. Entretanto, pensamos que o trabalho não é uma atividade produtiva



inerente à natureza humana. O trabalho se configura como um tipo de relação social específica da sociedade capitalista, e, portanto, faz parte da constituição da racionalidade formal-abstrata da modernidade.

Designar toda e qualquer atividade produtiva como trabalho não contribui para romper com o que há de mais abstrato e central na sociabilidade capitalista, o gasto de energia humana indiferenciada. Uma concepção positivada de trabalho, engendra além da atividade material da produção, as dimensões culturais e ideológicas que norteiam as prioridades de determinado projeto de sociedade, àquela que transforma (e destrói) a natureza com o pretexto de humanizá-la para lhe dar a forma da mercadoria. Sendo assim, o *ponto de vista do trabalho* (POSTONE, 2018) só funciona para interpretar e compreender a realidade social dentro do quadro da sociedade produtora de mercadorias, mas lhe escapa a crítica mais fundamental do valor.

Um dos argumentos para tal afirmação é que Marx procurou explicar o modo de ser e de se constituir *do* capital, desenvolvendo análises minuciosas sobre determinada formação social, no sentido de compreender como funciona a valorização do valor. Um movimento contraditório em constante expansão e historicamente constituído que forma a base da racionalidade capitalista.

Segundo Guerra (1997), um dos determinantes que exigem a análise crítica da racionalidade burguesa e sua influência na formação profissional se refere “às condições histórico-materiais e ideoculturais concretas nas/pelas quais a intervenção do assistente social se realiza”. (p.17). É certo que se coloca como essencial que a formação profissional empenhe esforços teórico-práticos para permanecer conectada com a dinâmica da realidade macrossocial e não reduza a interpretação da questão social à sua imediatez. Para tanto, é importante perceber que a questão social tem seus fundamentos na contradição essencial da produção capitalista centrada no trabalho, no entanto vale ressaltar que essa base produtiva não é sempre a mesma, o que produz novas contradições sociais e exigem análises particulares.

Se concordamos que, diferente das abordagens pós-modernas, não devemos ignorar a “*dimensão ontológica do real e da história como substância*” (GUERRA, 2004, p.21) para desenvolver uma análise materialista da sociedade burguesa. Por outro lado, discordamos que o trabalho seja a substância dessa história ou o elemento de continuidade entre diferentes formas de sociedade. Uma vez que partimos do pressuposto de que o trabalho é a substância do capital, pensamos que a concepção de trabalho que pauta o projeto profissional do serviço social não deva ser apreendida como “*categoria fundante do homem*” ou como “*o modelo de práxis, a forma mais elementar das objetivações dos homens*” (GUERRA, 2004, p.22).



Sem aprofundar as explicações sobre a gênese do conflito entre capital e trabalho, um debate já amplamente produzido, pretendemos problematizar a prioridade ontológica imputada ao trabalho nessa concepção. Não entendemos que o trabalho é a categoria fundante do processo de produção e reprodução das relações sociais e da vida social de modo geral. Mas que o trabalho é a categoria fundante da sociedade capitalista e o início de relações sociais dominadas pela produção de valor.

Como explica Kurz (2005) “O que Marx designa paradoxalmente como “trabalho concreto” não constitui por isso uma “necessidade natural eterna”; pelo contrário, não é outra coisa senão o modo material específico de o “trabalho abstrato” se apropriar da “matéria” natural ou social. (p.19). O valor de uso representa a dimensão material da lógica abstrata do processo de produção no capitalismo, por isso a questão não está apenas no valor de troca, mas na categoria valor como um todo. Valor de uso e valor de troca são duas faces do valor. Nesse ponto deslocamos a ênfase da crítica do conflito entre capital x trabalho para a substância do valor, que é o trabalho, portanto mesmo o trabalho concreto também pertence à lógica da valorização do capital.

O serviço social surge como particularidade dessa forma específica de sociedade centrada no trabalho, como a base do desenvolvimento de relações sociais capitalistas. O assistente social é chamado a atuar na minimização da pobreza provocada pelas contradições da produção capitalista, que utiliza o trabalho como medida da riqueza e única possibilidade de criar valor, ao mesmo tempo que precisa reduzir o trabalho ao mínimo necessário devido à dinâmica do mercado e a pressão da concorrência<sup>2</sup>.

Segundo Lukács, o trabalho consiste no ato de transformar a natureza através da capacidade teleológica humana e a partir dele são desenvolvidas outras habilidades secundárias do ser social como a linguagem e a capacidade de interação entre as pessoas, portanto nessa perspectiva o trabalho é o responsável pelo salto ontológico na sociabilidade. Ele teria permitido um salto no desenvolvimento humano a um “nível de ser qualitativamente diferente” (LUKÁCS, 2013). Esse salto só foi possível porque já existia nas atividades mais primitivas, uma substância especificamente humana que evoluiu em sua complexidade e dimensão até se tornar central na sociedade capitalista, que para Lukács é o trabalho.

No entanto, apesar do agir humano passar pela consciência, não significa necessariamente que toda ação precede uma reflexão, porque a sociedade de mercado produz com ela uma inversão do momento do pensar e do agir. O a priori da valorização do valor torna a reflexão um aspecto secundário do agir humano. Com isso queremos dizer que

---

<sup>2</sup> A concorrência impõe um padrão de produtividade que reduz ao mínimo o valor de cada mercadoria, esse nível de racionalização da produção não pode ser retrocedido. Com o esgotamento da capacidade de compensação pela expansão, o capital tende a uma desvalorização total que só pode ser adiada, mas nunca resolvida, isso acontece pela formação de bolhas financeiras e o esvaziamento cada vez maior da substância do valor (KURZ, 2014).



a identidade que se construiu entre agir/pensar e sujeito/objeto a partir da modernidade, é influenciada por uma forma fantasmagórica de reprodução social baseada na mercadoria, e que a concepção de trabalho também é imanente dessa forma. Conforme assinala Kurz (2007),

O motivo reside em que a “práxis prática”, a ação social e a ação da produção, é fundamentalmente pré-formada através da matriz a priori da constituição fetichista; na Modernidade, através da relação de dissociação-valor, ou seja, mediante o “sujeito automático” da valorização do valor, por um lado, e a dissociação sexualmente conotada dos momentos da reprodução que nele não são absorvidos, por outro. (p.9)

Ainda que toda ação precise passar antes pelo pensamento, o aspecto reflexivo de análise e planejamento, que segundo Lukács se desenvolve *a partir do* trabalho, é na verdade *suprimido pelo trabalho* com a ascensão da sociedade de mercado. Por isso, as demais atividades humanas anteriores à sociedade moderna não podem ser consideradas iguais em substância e modificadas apenas na forma, pelo imperativo do trabalho abstrato. Esse questionamento é importante para desmistificar o processo de interação do humano com a natureza como uma relação de aprimoramento e evolução do trabalho, como se o mesmo correspondesse a um processo interno e natural do desenvolvimento humano, em última instância influenciado pelos contextos econômicos e culturais. O capitalismo não é um estágio pelo qual o trabalho atravessa, e do qual precisa ser libertado. É necessário romper com os pressupostos do trabalho para se libertar do capitalismo, porque trata-se de um padrão não só de produtividade, mas de relações sociais e culturais formadas pela mercadoria.

A crítica ontológica, principalmente sob influência da obra de Lukács, foi a base teórica que fundamentou a revisão do currículo acadêmico e a renovação da prática profissional durante as décadas de 1970/80. Desempenhou papel de destaque na aproximação do serviço social com a tradição marxista e no movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo e as perspectivas modernizadoras. Contudo, o amadurecimento crítico do serviço social brasileiro foi alcançado a partir das produções teóricas de 1980, como reflexo do movimento de reconceituação na América Latina e também do contexto de redemocratização do Estado. Essa renovação dos fundamentos do serviço social e a reafirmação de sua perspectiva crítica ganha materialidade com a formulação do Código de ética e Lei de Regulamentação de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Com isso o significado da profissão também sofreu mudanças, sendo fundamentais os momentos de ruptura na cultura profissional para explicar a história do serviço social e não os elementos de continuidade (GUERRA, 2004). Com o desenvolvimento e destaque do movimento de ruptura com a gênese conservadora do serviço social, os assistentes sociais



passam a desempenhar um novo papel na reprodução das relações sociais, reafirmando seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e atingem o estatuto de profissão. São as particularidades da sociedade burguesa nesse contexto que vão determinar o significado social da profissão naquele período (1970-1980), um tempo em que a questão social é reconhecida como objeto de intervenção do Estado, na qual o assistente social desempenha seu protagonismo ao fazer as mediações com a totalidade concreta do capital.

A questão social era enfrentada de determinada maneira durante o Estado fordista-keynesiano, no qual o serviço social buscava seu reconhecimento como profissão especializada no trabalho coletivo e era requisitado para atuar nos serviços e políticas sociais. Esse padrão de acumulação ainda não estava esgotado e ainda era possível vislumbrar algum tipo de crescimento econômico e integração social pelo trabalho das camadas populares às democracias capitalistas. Entretanto, as formas de intervenção do Estado em relação à questão social se modificam a partir de finais do século XX, com a conjuntura de crise estrutural do capitalismo e o crescimento do mercado financeiro.

O campo de atuação dos assistentes sociais também sofre impactos diretos com a precarização dos serviços e o estreitamento da base produtiva do capitalismo, que consequentemente elimina cada vez mais força de trabalho. Como sinaliza Guerra (2004),

em face da frontal perda de direitos e conquistas trabalhistas e civilizatórias, surgem novas e/ou mais complexas expressões da questão social, o que põe novas e diversificadas demandas para as profissões e cada vez menos instrumentos coletivos para seu enfrentamento (p.39).

Sendo assim, aprofundar a capacidade de análise da categoria profissional no que se refere ao cenário da economia política atual contribui para elevar o rigor teórico do serviço social dentro das ciências sociais e para o enfrentamento das ofensivas do capital. Como assinala Guerra (2020), para reafirmar a validade da teoria marxiana ao explicar as contradições da sociedade burguesa,

para interpretar e atualizar o significado social da profissão e sua funcionalidade que são históricos, para captar as atuais requisições socioprofissionais e políticas, enfim, para que profissionais possam desenvolver sua função de intelectual que desvendam a realidade na qual vão operar e transformar, e para construir a resistência teórico-ideológica e prático-operativa, a tradição marxista, em especial, a produção marxiana, é fundamental (p.34)

A autora reforça tanto a necessidade de defesa da tradição marxista como orientadora do projeto profissional, como do aprimoramento da formação profissional, no sentido de que as análises teóricas dos processos sociais mais amplos estejam conectadas com o significado histórico da profissão e às demandas institucionais (GUERRA, 2018). Fugir do teorismo, que tende a enquadrar a realidade para corresponder a um determinado conceito previamente elaborado de maneira a-histórica. Assim como os metodologismos que



separam teoria e método não como dois momentos de apreensão do fenômeno que constituem uma unidade dialética, mas criam uma dicotomia em que costumam ser priorizados modelos de prática que inviabilizam a análise crítica.

De acordo com Guerra (2018) “é preciso considerar que nenhum conceito ou interpretação pode estar fora ou acima das contradições históricas que movimentam a realidade social” (p.7). Seguindo essa premissa, pensamos por exemplo - como uma temática fundamental para a análise da realidade a partir da teoria do valor de Marx - que a crise contemporânea do capital não deve ser analisada através de uma dada concepção que entende que a crise é sempre decorrente de um processo funcional à rotação do capital. Compreender as particularidades da crise contemporânea do capital contribui como forma de instrumentalizar criticamente a práxis profissional, tendo em vista que se trata de “uma profissão que tem um vínculo umbilical com o modo de ser e de se reproduzir do capitalismo maduro.” (GUERRA, 2004, p. 24).

As mudanças na conjuntura provocam inevitavelmente mudanças no significado social da profissão, porque se a capacidade do capital de explorar trabalho produtivo, aquele que gera mais valor, permanece em retração desde a revolução tecnológica da microeletrônica, quais as possibilidades concretas de intervenção na divisão social e técnica do trabalho? Quais os objetivos profissionais em meio a um cenário de desintegração social, no qual a economia simula seu funcionamento através de injeções de capital fictício, a crise ecológica atinge patamares irreversíveis e o horizonte consiste na violência como mecanismo de contenção do agravamento da questão social?

No sentido de problematizar a direção social da profissão, que busca construir caminhos para a transformação societária, conforme defendido no Código de ética vigente que rege a profissão, se torna mais frutífero *defender* o trabalho como prática fundante do ser social ou *subverter* o trabalho como forma de relação social específica do capitalismo?

## **O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NO CENÁRIO DE CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL**

O contexto social e econômico nesse início do século XXI, desenhado pelo agravamento da crise estrutural do capitalismo e crescimento acelerado do capital fictício, têm colocado obstáculos para a prática profissional dos assistentes sociais que ultrapassam as possibilidades de enfrentamento por dentro do Estado. Como assinala Konicz (2015), “o pressuposto básico do fordismo, segundo o qual os trabalhadores seriam consumidores de seus próprios produtos, há muito que se tornou inválido, face aos níveis de produtividade globalmente alcançados”.



Desde a década de 1980 a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. O deslocamento da economia do mercado de bens para o mercado financeiro e o crescimento exorbitante de capital fictício é uma manifestação da crise estrutural e não a sua causa. Trata-se do início do processo de declínio do capitalismo. E ainda, que a dinâmica atual do mercado, imposta pela concorrência imediatamente global (BOTELHO, 2022) não deixa espaço para projetos de desenvolvimento nacional<sup>3</sup>. Os fundamentos da crise atual consistem principalmente na inversão do processo de valorização do capital, porque a antecipação de valor futuro modifica estruturalmente o lugar da exploração do trabalho na sociedade.

O capital fictício, mecanismo que se tornou essencial para adiar o colapso da sociedade capitalista, se baseia na antecipação de valor a ser produzido no futuro, ou seja, processo de valorização que ainda não foi realizado, trabalho que ainda não foi explorado. Compreender que o nível de produtividade alcançado no estágio atual do capitalismo não permite a ampliação do mercado de trabalho e com isso, dos direitos sociais relacionados ao trabalho, certamente implica em mudanças políticas no interior dos movimentos sociais de esquerda, e também no campo da instrumentalidade do serviço social. Uma vez que

a instrumentalidade é bem mais do que o debate dos instrumentos e técnicas. Trata-se de pensar as condições de possibilidade da profissão em determinados contextos e conjunturas, a partir de determinadas racionalidades que incorporam e subsidiam diferentes projetos de profissão. (GUERRA, 2018, p.10)

As expressões da questão social na contemporaneidade, são produzidas pelo processo de esgotamento da expansão capitalista. Diferente da transição entre os séculos XIX e XX em que a industrialização era alavancada pela ascensão da sociedade burguesa. Essa eliminação crescente do trabalho pela lógica da concorrência reflete nas ações do Estado, porque reduz a taxa de arrecadação da mais valia, altera a sua relativa autonomia frente ao capital, tornando o Estado dependente do movimento do mercado mundial.

No cenário brasileiro, segundo Simionatto (2018),

No curso do que já vinha ocorrendo nos países de capitalismo avançado, a onda neoliberal chegou ao Brasil no início dos anos 1990 e, sob a insígnia da modernização econômica e da inserção do país à nova ordem mundial, agilizaram-se os processos de ajuste estrutural, de redefinição dos papéis e funções do Estado e de sua submissão aos interesses dos grupos dominantes nacionais e internacionais. (p.11)

Porém, mais do que um Estado de classe, a maior parte dos recursos do Estado, antes formada por impostos derivados do capital produtivo, agora está diretamente

---

<sup>3</sup> O problema do nacionalismo de esquerda é que ele defende a democracia e o Estado social como horizontes emancipatórios, nos quais seria possível construir uma economia, com dinheiro e trabalho, livre do comando do capital. O mercado poderia continuar funcionando sobre as mesmas bases desde que administrado por um Estado Nacional que não seja capitalista.



vinculada à dinâmica instável do capital fictício. Um dos mecanismos que existem como forma de compensar a eliminação do trabalho produtivo e de garantir a reprodução do próprio Estado é a capitalização da dívida pública. Esse processo é formado por capital fictício, porque não possui relação direta com a produção de nenhum trabalho previamente realizado, mas se baseia na dedução de valor a ser produzido no futuro.

Por um lado, a falta de autonomia do Estado diante da crise se reflete tanto no aspecto repressivo em relação ao enfrentamento da questão social, quanto no ataque ideológico às instituições democráticas. A expulsão da força de trabalho se reveste de moralismo e radicalização da ideologia neoliberal, acentuando a responsabilidade individual e mobilizando a cultura do micro empreendedorismo, numa espécie de darwinismo social em que sobrevivem os mais aptos à livre concorrência no mercado.

Ocorre um apelo à ética do trabalho para reforçar principalmente a polarização entre aqueles que trabalham contra os que não trabalham, através de narrativas que se distanciam da concepção de cidadania, pelo menos daquela ligada ao trabalho assalariado e da possibilidade de socialização da riqueza através da democracia. Se mantém a crença no desenvolvimento econômico, mas se repudia as formas de governo e as instituições do Estado. Esse processo, visto como crise da democracia se relaciona com o momento de esgotamento da produção capitalista e suas formas de regulação social imanentes. A busca desde os séculos XIX - XX pela universalização da cidadania através do trabalho e ampliação de direitos, com a expectativa de que se realize a “promessa de emancipação” cada vez mais estreita, abre espaço para formas conservadoras que procuram delimitar quem é ou não cidadão, quem contribui ou não para o desenvolvimento.

Por outro lado, os movimentos de esquerda na tentativa de se oporem à crise, defendem à centralidade do trabalho e terminam por reafirmar a estrutura capitalista. No entanto “o que parece ser um desvio atípico do curso normal da democratização é, de fato, a tendência geral de declínio após o esgotamento do processo de modernização” (BARREIRA, 2020, p.86). A violência nesse momento é utilizada como recurso, não para incorporar os indivíduos à máquina de trabalho do capital como no início da expansão capitalista, mas para conter a população que foi descartada pelo seu desenvolvimento.

Essa percepção das particularidades do capitalismo a nível global contribui para adensar a análise crítica dos assistentes sociais que atuam cotidianamente no âmbito do Estado e dos serviços públicos, e para a reflexão sobre as bases teóricas em que a profissão está assentada. Ampliar a interlocução entre as diversas vertentes da tradição marxista pode elevar a compreensão sobre os desafios que se colocam pela conjuntura de crise contemporânea, com a retração de direitos sociais e forte investida do neoconservadorismo e do pensamento pós-moderno. Conforme aponta Simionatto (2018),



um dos desafios na construção e fortalecimento do projeto de formação profissional é “Ampliar o diálogo entre marxistas, uma vez que um dos problemas atuais, bastante evidente no debate acadêmico, refere-se às polêmicas não somente em torno da obra marxiana, mas, sobretudo, às dificuldades “no interior do próprio marxismo. (p.23)

No serviço social brasileiro, o conservadorismo vigorou no início da profissão durante a década de 1930 quando atuava através de ações da igreja católica, com um forte viés caritativo e moralizador da questão social, e permaneceu majoritário pelo menos até meados de 1960. Mesmo quando o Estado passou a intervir na questão social com a criação de políticas sociais, e o serviço social surgiu como profissão especializada no trabalho coletivo (IAMAMOTO, 1982), as práticas conservadoras continuam se reproduzindo apoiadas no método positivista como forma de interpretar a realidade, principalmente no pensamento de Augusto Comte (1798-1857). Contudo, é na aproximação com a teoria social de Marx que o serviço social começa a romper com as matrizes conservadoras e questionar as expressões da questão social através das contradições internas da estrutura de produção capitalista.

No cenário contemporâneo, as diversas manifestações do conservadorismo estão ligadas ao esgotamento da capacidade de expansão produtiva do capitalismo e de qualquer possibilidade de ampliação dos “marcos civilizatórios”<sup>4</sup> dentro dessa forma social. Esse processo de decomposição, observado como retrocesso social e cultural, diz respeito à realização do sistema de produção de mercadorias como forma social totalitária, ou seja, expressa a consequência do seu desenvolvimento ao extremo. No que tange ao serviço social, compete repensar a sua funcionalidade para o capitalismo em seu estágio desenvolvido e buscar as mediações necessárias entre a profissão e a sociedade, com o que é possível ser realizado dentro das limitações de uma categoria profissional.

Essas reflexões são importantes para a cultura profissional, para a forma de interpretar e intervir na realidade concreta, conforme assinala Moljo (2018),

contribuições que não lidam diretamente com o Serviço Social são absolutamente necessárias e úteis à profissão. É necessário tratar a profissão na sua particularidade histórica, reconstruir mediações e alimentar estudos necessários sobre o Serviço Social no atual estágio de acumulação capitalista. (p.28)

A direção social estratégica da profissão precisa ir de encontro à ofensiva neoliberal, com a percepção de que os conservadorismos que se apresentam na atualidade engendram processos sociais diferentes daqueles que marcaram a gênese, a renovação conservadora durante a década de 1950, e até mesmo do período em que se iniciou a ruptura com o conservadorismo, em torno de 1970 com a aproximação da teoria marxista.

---

<sup>4</sup> Nos referimos aqui ao pacto social que organizou a sociedade em torno do projeto de industrialização a partir de 1930-1940. Esse processo se desenhava como expectativa de inclusão dos indivíduos às “vantagens” da modernização. À contrapartida da dignidade pelo trabalho, era oferecida a segurança da estabilidade no emprego, políticas sociais estatais e possibilidade de consumo.



Nos últimos quarenta anos a crise estrutural do capital aprofundou a questão social, acirrando as próprias contradições internas da produção de mercadorias. Se o projeto ético político do serviço social precisa ser defendido contra os avanços do capitalismo, através da reafirmação de valores como equidade, liberdade e respeito aos direitos humanos, também defendemos nesse sentido uma revisão quanto ao estatuto do trabalho diante do estágio atual da sociedade capitalista. Devido ao nível de produtividade alcançado, esgotamento da expansão do mercado e crise ecológica em condições alarmantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face dos aspectos que foram apresentados sobre a perspectiva crítica do serviço social em relação ao trabalho como base ontológica e o significado social da profissão em tempos de crise, procuramos demonstrar que nossa ênfase se encontra na problematização do trabalho como prática em si. Defendemos o argumento de que essa forma social exerce um tipo de dominação sobre os indivíduos, porque está principalmente relacionada à identificação dos sujeitos com os produtos do trabalho e na percepção de sua condição de existência no mundo como produtores, seja em relação à natureza ou à vida social.

O trabalho foi incorporado como elo da condição humana e social, e desse modo não pode ser explicado apenas pelo ponto de vista das relações de exploração, mas por ser a forma do capital de transformar constantemente a atividade humana em valor. O espaço da crítica ao capitalismo e sua crise estrutural foi reduzido à luta por emprego e condições básicas de sobrevivência, mas a questão que se coloca é que com a crescente eliminação do trabalho vivo a produção de riqueza por meio do capital fictício reduz cada vez mais as possibilidades para a efetivação de direitos.

Com isso, o serviço social sofre impactos diretos, tanto no que se refere ao cotidiano da práxis, em um contexto de retração dos direitos sociais e agravamento das desigualdades, quanto nas diretrizes em que está apoiada a formação profissional, tendo em vista que a base objetiva na qual o projeto ético político está inserido, passa por mudanças significativas com o acirramento da crise contemporânea do capital.

Coloca-se como desafio para a categoria compreender o estágio atual do capitalismo, para com isso refletir sobre o significado social da profissão nesse momento. Para contribuir nessa reflexão, afirmamos que a crise do trabalho precisa ser questionada para além da questão da precarização. Repensar criticamente o sentido vigente da própria atividade em si como produtora de valor, de modo a impactar algo estruturante da sociedade moderna, a ideologia do trabalho, que desde o início contribuiu para a afirmação da sociedade capitalista e ainda exerce um papel relevante mesmo quando as bases materiais



para a expansão da valorização do valor encontram-se esgotadas, significa fortalecer a luta anticapitalista.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Marcos. Brasil em tempos de declínio social: comentários sobre a pós-política no governo Bolsonaro. **Revista Margem Esquerda**, v. 35, p. 79-88. 2020.

BOTELHO, Maurílio. Ainda sobre o milagre chinês I. 2022. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2022/01/12/ainda-sobre-o-milagre-chines/>

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases a para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 25-46

GUERRA, Yolanda. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, número 1. Fortaleza. Socialis, 2020

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 1ª edição, 1982.

KONICZ, Thomasz. “Estará a China na iminência de um colapso? O crescimento da economia chinesa financiado pelo endividamento não aguenta mais”. Konkret, Alemanha, maio de 2015.  
Disponível em: <[http://www.obeco-online.org/tomasz\\_konicz4.htm](http://www.obeco-online.org/tomasz_konicz4.htm)>.

KURZ, Robert. A Substância Do Capital: O Trabalho Abstrato como Metafísica Real Social e o Limite Interno Absoluto da Valorização. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**, 2005.

KURZ, Robert. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**, 2007.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Antígona, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Boitempo Editorial, 2015.

MOLJO, Carina Berta, Silva, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp.115-148



POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Boitempo Editorial, 1993.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp.85-114